



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 521344 - SP (2019/0204955-5)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : ANGELA MARIA PERRETTI  
**ADVOGADO** : ANGELA MARIA PERRETTI - SP125488  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MERON HAILESLASSIE BERHANE (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### EMENTA

*HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. TRÁFICO PRIVILEGIADO. CRIME COMUM. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA. ART. 112, § 5.º, DA LEI N.º 7.210/1984 (INCLUÍDO PELA LEI N.º 13.964/2019). ORDEM CONCEDIDA.*

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MERON HAILESLASSIE BERHANE contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no Agravo em Execução Penal n.º 0000969-28.2019.8.26.0041.

Consta dos autos que a Paciente pleiteou a retificação do cálculo de pena para que o crime de tráfico de drogas na modalidade privilegiada (art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006) pelo qual foi condenada não fosse considerado crime hediondo. O pedido foi indeferido pelo Juízo das Execuções Penais (fl. 75).

Inconformada, a Apenada interpôs agravo em execução penal, que, por maioria, foi desprovido pelo Colegiado de origem (fls. 93-117).

Neste *writ*, a Impetrante sustenta, em suma, que os Tribunais Superiores pacificaram o entendimento de que o crime de tráfico de entorpecentes com a incidência da minorante do § 4.º do art. 33 da Lei n.º 11.343/2006 não é hediondo.

Requer "*seja concedida a liminar para cassar a sentença da Colenda 9ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ora impugnada, determinando que o nobre Juízo da Vara das Execuções Criminais considere o cálculo como crime comum e não hediondo, com progressão de regime na fração de 1/6 e livramento condicional na fração de 1/3 e posterior confirmação da ordem*" (fl. 14).

O pedido liminar foi indeferido pela Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Vice-Presidente no exercício da Presidência (fl. 126).

Foram prestadas informações às fls. 133-159.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ*, mas pela concessão da ordem de ofício (fls. 161-166).

É o relatório.

Decido.

A Magistrada das Execuções Penais – ratificada pelo Tribunal local – considerou que "*o tráfico de drogas, ainda que na sua forma privilegiada, é crime de natureza hedionda por equiparação*" (fl. 75).

Contudo, a jurisprudência dos Tribunais Superiores é firme no sentido de que o crime de tráfico de drogas na modalidade privilegiada não é considerado hediondo (HC 118.533, Rel. Ministra CÁRMEN LÚCIA, TRIBUNAL PLENO, julgado em 23/06/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-199 DIVULG 16-09-2016 PUBLIC 19-09-2016). Referida orientação, ademais, **foi consolidada pela Lei n.º 13.964/2019**, que incluiu o § 5.º no art. 112 da LEP, *in verbis*: "*§ 5º Não se considera hediondo ou equiparado, para os fins deste artigo, o crime de tráfico de drogas previsto no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006*".

Ante o exposto, **CONCEDO A ORDEM de habeas corpus** para cassar o acórdão combatido e a decisão de primeira instância, e determinar que o Juízo das Execuções Penais retifique o cálculo da pena considerando o delito previsto no art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006, como crime comum.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora